



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania

A COMUNICAÇÃO E A RECONFIGURAÇÃO DO MUNDO

PUGNALONI, Clara Maria
Doutora em Ciências Sociais
Universidade de São Paulo
clarapugnaloni@gmail.com

Resumo

A busca do acesso às tecnologias da informação e à comunicação irrestrita, para alavancar o desenvolvimento humano e a construção permanente de cidadania, traz em si a complexidade do inacabado. Por isso é sempre necessária a afirmação, a reafirmação e o apoio internacional a esse direito frente às sociedades autoritárias. As rebeliões iniciadas no norte da África, nessa segunda década do século XXI, desnudaram aos olhos do mundo, em tempo real, o conflito latente por anos de subjugo, pela falta de liberdade, pelo desrespeito aos direitos humanos. E pelo cerceamento do direito à informação, à comunicação e à liberdade de imprensa. Tais como se apresentam nas sociedades pós-conflito. E contra o que se pronunciou o lendário Relatório MacBride.

Mais de trinta anos após a divulgação das recomendações da Comissão da UNESCO de que a comunicação fosse um instrumento para a instauração da paz, da democracia e do desenvolvimento para *todos* os povos, o debate está em aberto. O intuito de ampliar de forma irrestrita e imediata a concepção do direito à informação para direito à comunicação - ambos integrantes dos direitos humanos - e assim dar voz às pessoas em todo o mundo por meio da Comunicação, ainda está por se fazer.

Abstract

The search of access to information technologies and unrestricted communication in order to leverage human development and construction of permanent citizenship, embodies the complexity of the unfinished. So it is always necessary affirmation, reaffirmation and international support for this right in the face of authoritarian societies. The riots started in North Africa, in this second decade of this century, laid bare to the world in real time, the latent conflict for years of subjugation, the lack of freedom, and the human rights abuses. And, also, the restriction of the rights to information, communication and press freedom. Such as found in post-conflict societies. And against what had been claimed in the legendary MacBride Report.

More than thirty years after the publication of the recommendations of the Commission of UNESCO that communication was an instrument for building peace, democracy and development for all people, not being used vertically, is open this debate. The aim of expanding on an unrestricted and immediate conception from right to information to right to communication - both parts of human rights - and thus give voice to people around the world through communication is still to be done.

Palavras-chave: Ajuda Humanitária, Comunicação, Desenvolvimento, Cultura, Cidadania.

Key words: Humanitarian aid, Communication, Development, Culture, Citizenship

1. A Comunicação e a reconfiguração do mundo

A vitalidade social, unidade cultural e a independência de um povo, dependem de sua espontaneidade social. Por isso, sempre foi uma constante saber como reforçar essa importante característica desvinculando-a do poder político, por vezes uma força repressora e aniquiladora da vitalidade social. A sociedade de uma comunidade de povo não possui apenas indivíduos. É composta de várias sociedades, grupos, círculos, agremiações associações que se diferenciam em tipo, caráter, extensão e dinamismo. Para Buber (2007) quanto maior for a relativa autonomia concedida às comunidades locais e regionais, maior se tornará o espaço de desenvolvimento dos poderes sociais. A opinião pública é um importante fator agregador dos indivíduos em sua mentalidade, como influenciador nas relações mútuas entre as sociedades.

Nesse contexto, a comunicação assume uma posição de relevância por ser a via de acesso ao individual e ao social. Como tal deve passar a se constituir em um direito do ser humano de forma ampla. As Metas do Milênio das Nações Unidas (ONU, 2000) preconizaram em seus Valores e Princípios, no capítulo referente ao *Desenvolvimento e a Erradicação da Pobreza*, o direito à Comunicação. Afirma ser preciso lutar para que todos possam aproveitar os benefícios das novas tecnologias, em particular das tecnologias da informação e das comunicações, conforme as recomendações formuladas na Declaração Ministerial do Conselho Econômico e Social de 2000. Como já está claro desde a segunda metade do século XX, é preciso que se afirme o direito dos povos à comunicação, resgatando as recomendações do Relatório *MacBride* que permanece ainda hoje como o mais completo trabalho já produzido sobre a problemática da comunicação no mundo contemporâneo (Zylberberg e Demérs, 1992). Ele revelou que o consenso existente em relação aos problemas importantes, dúvidas em aberto e a exigência de uma análise permanente para a construção de uma Nova Ordem da Informação,

1.1 Uma demanda histórica

Havia a concordância da totalidade dos membros da histórica comissão de que seria fundamental a realização de reformas estruturais no setor de comunicação, pois a ordem existente mostrava-se inaceitável. A grande colaboração da comissão que, salientou na época MacBride, era amplamente representativa em termos de diversidade ideológica, política, econômica e geográfica do mundo, foi ter conseguido delimitar, analisar e esboçar soluções aos problemas de comunicação existentes no mundo àquela altura. Um esforço embrionário, na percepção de MacBride, para o estabelecimento de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação. Essa seria um processo em mudança contínua na busca dos seguintes objetivos: maior justiça, maior equidade, maior reciprocidade no intercâmbio da informação, menos difusão de mensagens em sentido descendente, maior “autossuficiência” e identidade cultural e maior número de vantagens para toda a humanidade.

A origem dessa emblemática Comissão Internacional de Estudo dos Problemas da Comunicação, que gestou o polêmico Relatório *MacBride*, está associada à XIX Conferência Geral da UNESCO realizada em Nairóbi, em 1976. Nela houve uma prevalência no debate dos aspectos fundamentais da comunicação entre os povos e entre as nações. Ao mesmo tempo, o projeto de Declaração sobre os princípios fundamentais que norteariam a contribuição dos meios de comunicação para o fortalecimento da paz e da compreensão internacional para promoção dos direitos humanos, para a luta contra o racismo, o *apartheid*, a incitação à guerra - como a que a África do Sul, segregacionista, promoveu naqueles anos contra Angola - gerou um debate difícil. Para que o exame dos temas fosse facilitado e as controvérsias atenuadas foi proposta a realização de uma análise aprofundada “da totalidade dos problemas da informação e da comunicação na sociedade moderna” MacBride (1983, p.481).

1.2 Diminuindo a disparidade

Após um longo debate, os conferencistas aceitaram priorizar medidas destinadas a reduzir as desigualdades no acesso à informação, existentes entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Convencionaram que seria importante estabelecer a circulação internacional da informação de forma mais livre e equilibrada. A partir dessas diretrizes, determinada a necessidade de mapear os problemas da comunicação na sociedade, a comissão internacional composta de 16 membros seria designada em dezembro de 1977. O seu dever seria elencar os problemas de comunicação do mundo na época a partir de diretrizes determinadas. O ponto de partida foi a UNESCO como a principal tribuna de debate sobre a comunicação e as diferenças no acesso dos países à informação.

O percurso do início dos anos 60 até a constituição da Comissão evoluiu a partir do fomento da UNESCO a acordos pioneiros para estabelecer intercâmbios internacionais de informação. Foram viabilizados projetos para criação de agências de notícias nacionais interligadas. O objetivo proposto pela UNESCO era o de aumentar os meios de expressão dos países em desenvolvimento e promover o intercâmbio de notícias e produtos da indústria cultural. Desta forma, filmes e outras produções poderiam circular em benefício de todos os países integrantes da cooperação. Isto garantiria, principalmente, a possibilidade de que a cooperação resultasse na informação a serviço da educação e do desenvolvimento. MacBride (1983).

2. Comunicação como direito: utopia ou conquista?

Nos anos 70, delegações de países em desenvolvimento participantes da XVI Conferência Geral da UNESCO solicitaram a organização de sistemas mais bem adaptados e equilibrados de intercâmbio de informação e o direito à identidade cultural, explicitando a problemática da distribuição desigual dos meios de informação. Esse foi o deflagrador do processo que, após dois anos, fez com que delegados da maioria dos Estados-membros destacassem, veementemente, os perigos que adviriam da circulação desequilibrada da informação. A colocação do problema permitiu que a direção-geral da UNESCO autorizasse pesquisas sobre a formulação das políticas de comunicação e a elaboração de estratégias e planos nacionais de comunicação, que levassem ao desenvolvimento.

Na época de divulgação do Relatório *Mac Bride* as discussões acadêmicas e políticas sobre a comunicação versaram sobre sua relação com o processo de desenvolvimento dos países do Sul. O direito à liberdade de Comunicação era permeado pela bipolaridade da configuração geopolítica internacional no período da Guerra Fria. Países detentores de ideologias de direita ou de esquerda buscavam impor sua visão de mundo para toda a sociedade planetária. Nesse período, batalhas reais ou simbólicas – divisão da Europa após a Segunda Guerra, da Coreia e do Vietnã, invasões da Hungria e Checoslováquia, militarismo na América Latina – eram confrontos também pelo domínio da Comunicação pelos Estados.

É nesse cenário que surge o conceito de *Políticas Nacionais de Comunicação* a partir dos anos 50, originado no debate desenvolvimentista que dominou a UNESCO por três décadas. Na época, a agência das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura recebera a filiação de países recém-saídos de processos de descolonização, que passaram a ser a maioria na organização. Naturalmente, os novos membros eram países de representações anti-imperialistas e com governos de tendências socialistas ou de organização ou formas capitalistas não alinhadas aos países centrais da América do Norte e da Europa. Até então hegemônicos na UNESCO os membros históricos vinham impondo, desde os anos 50, uma linha política liberal do *livre-fluxo da informação*, de acordo com os princípios de mercado.(Zylberberg & Demérs, 1992).

Por ocasião da polêmica divulgação das conclusões do relatório da UNESCO o Brasil viveu o período em que o debate das políticas nacionais de comunicação desapareceu dos contextos acadêmicos e políticos dos anos 80, amordaçado pela onda neoliberal e pelo autoritarismo. Após a lacuna que se segue na teorização sobre o direito à comunicação coincidente à configuração das grandes e poderosas redes de comunicação comerciais internacionais e nacionais, percebe-se que o projeto da nova sociedade de Wiener (1952) não se concretizou. A “sociedade da comunicação” encarada não como um tema importante, mas como o centro de todas as coisas e a possibilidade da construção de uma nova utopia: a ideologia da comunicação como alternativa às ideologias da barbárie.

Mais de trinta anos após a divulgação das recomendações de que a comunicação fosse um instrumento para a instauração da paz, da democracia e do desenvolvimento para *todos* os povos, não devendo ser utilizada de forma vertical, a comunidade internacional ainda mantém esse debate em aberto. O intuito de ampliar de forma irrestrita e imediata a concepção do direito à informação para direito à comunicação, - ambos integrantes dos direitos humanos -, e assim dar voz às pessoas em todo o mundo, por meio da Comunicação para o Desenvolvimento ainda está por se fazer.

3. Uma Nova Ordem de Comunicação se faz agora

O acesso às tecnologias da informação e à comunicação irrestrita para alavancar o desenvolvimento humano e a construção permanente de cidadania, traz em si a complexidade do inacabado. Por isso, é sempre necessária a reafirmação e o apoio internacional a esse direito frente às sociedades autoritárias. As rebeliões iniciadas no norte da África e que alcançaram o Oriente Médio nessa segunda década do século XXI desnudaram aos olhos do mundo, em tempo real, o conflito latente por anos de subjugo, pela falta de liberdade, pelo desrespeito aos direitos humanos, pela inexistência de garantias individuais e sociais, pelo cerceamento do direito à informação, à comunicação e à liberdade de imprensa. Tais como se apresentam nas sociedades pós-conflito. E contra tudo que foi destacado no Relatório MacBride.

Mas, apesar do cerceamento, o levante se espalhou pela região levando o povo às ruas em diversos países, sucessivamente, mostrando imagens que valeram mais do que mil palavras. O mundo viu representantes ditatoriais, há décadas no poder, ruírem um a um em efeito dominó ameaçados e vencidos pelo povo, pela Comunicação para o Desenvolvimento e pelas mídias sociais. Apesar do censura e proibição ao trabalho da imprensa internacional, ditadores *quase* vitalícios despencaram sob a ameaça da comunicação. Mostrando que, talvez, a preconizada Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação tenha se instalado naquela parte do mundo. E iniciado um processo para que, finalmente, a Comunicação assuma a complexidade e o poder de iniciar mudanças sociopolíticas e de vencer conflitos. Ou assuma o significado descrito por MacBride (1983) de que o princípio da liberdade de expressão, aplicável a todos os povos do mundo, não admite exceção por ser inerente a dignidade humana. Por ser um direito humano fundamental.

O processo de instalação do histórico conceito da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação possivelmente esteja a emergir neste início de década para instaurar ideia da justiça, da liberdade e da paz. O despertar e a mobilização das forças sociais em uma ação de reivindicatória de base, de resistência e de oposição ao tiranismo, na luta para que as sociedades oprimidas tornem-se mais equitativas e mais justas. Desnudando as relações fundamentais que existem entre a Comunicação para o Desenvolvimento e a liberdade. Entre a comunicação e o poder. E como que realizando a previsão de trinta anos atrás de que a liberdade adquirida contra a autoridade política ou econômica, ao custo de muitas vidas, é uma conquista valiosa e garantia da democracia. Por ser “a existência da liberdade de expressão – ou a inexistência – é um dos índices mais seguros de liberdade, nas suas diversas formas, num determinado país.” (MacBride, 1983, p. 29).

3.1 Quando a Comunicação é uma conquista

A exposição à comunidade internacional das mazelas a que governantes ainda submetem seu povo, em pleno século XXI, como nos bombardeios da Síria em uma luta para manter um poder decrépito, hereditário, como as capitânicas coloniais brasileiras, entrará para a história como o exemplo vivo da intolerância e da incompetência política. Mas a mudança já se instalou no norte da África e no Oriente Médio com a força de um furacão, apesar de Bashar Al Assad e dos que lutaram contra seu povo antes dele. O fato de que os países da Liga Árabe, da União Europeia e a ONU não mais reconhecerem a liderança de Al Assad dá indícios do que poderá se desenrolar na região daqui para frente. Mas, como dizia Hemingway, quem estudou a história sabe que uma revolução não será viável sem que ocorra antes um completo colapso da estrutura militar. Acrescentava ser tão profunda e completa a decepção provocada pelo sistema que levou o país a tal situação, ser tão radical a destruição e expurgo de todos os padrões, crenças e fidelidades vigentes, que “quando a guerra está sendo travada por um exército não profissional de conscritos, que uma catarse impõe-se antes de desencadear a revolução” (Hemingway, 1969, p.216).

Os conflitos da África islâmica surgem para instaurar uma nova realidade de comunicação. Como na Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação podem ser definidos como um processo - e que instala uma dúvida - para onde nos levará?

Ouso dizer que o processo assumiu a feição do século XXI e que a Nova Ordem se coloca com toda a sua força. Agora não mais depende dos meios de comunicação, não mais depende da autorização dos conglomerados de comunicação, de diretores, governantes. Ela criou vida própria e materializou-se por meio das mídias sociais, pelos celulares, pela comunicação interpessoal. E se multiplicou pelo mundo instalando outra realidade. A complexidade do inacabado e do aprimorar constante está se pondo aos nossos olhos globalmente.

O século XX descobriu a perda do futuro, como nos coloca Morin (2002). Descobriu sua imprevisibilidade e o fato de que a nossa história nos leva ao rumo do desconhecido. A um futuro aberto e imprevisível. As próprias determinantes econômicas e sociológicas encontram-se em relação instável e incerta com acidentes e imprevistos. A recessão econômica iniciada em 2007 e que se abateu sobre o planeta é um exemplo disso. A crise política que resultou na queda dos regimes totalitários no norte da África também revela esta complexidade. Um pensamento complexo reconhece ao mesmo tempo a incompatibilidade e a necessidade de unificação. “Deve, pois, tipicamente, visar à totalização, à unificação, à síntese, pois como consciência absoluta é irremediável do caráter inacabado de todo o conhecimento, de todo o pensamento, de toda a obra”. (Morin, 2008, p. 37). O sociólogo descreve a ambiguidade deste pensamento, que só assim, poderá fazer jus a este mundo de incertezas concretíssimas. Por ser aquele que reflete a incerteza enquanto concebe a organização ele está apto a unir, contextualizar, globalizar e ao mesmo tempo reconhecer o singular, o individual e o concreto.

O fato de que o pensamento complexo não se reduz nem à ciência nem à filosofia permite que proporcione a ligação dos conhecimentos por meio da comunicação. E é o modo complexo de pensar que também permitirá desvendar problemas políticos e sociais. Pois como ressalta Morin (2007) um pensamento que enfrenta a incerteza pode esclarecer as estratégias do nosso mundo incerto. Um pensamento que une pode iluminar uma ética da religação ou da solidariedade. O pensamento da complexidade igualmente postula a compreensão entre os homens.

4. Comunicação e inclusão

“Para haver participação tem que haver comunicação.” Jacques Diouf apontava a importância decisiva da comunicação para promover o desenvolvimento humano. O Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação afirmava, em 1994, que os programas de desenvolvimento poderiam ter resultados promissores se os conhecimentos e tecnologias fossem efetivamente compartilhados com uma população empenhada e motivada em alcançar o êxito comum. A população deveria ser a força motriz de seu próprio desenvolvimento na conquista de uma melhora permanente em seu nível de vida. A comunicação seria decisiva ao serem formulados os programas de desenvolvimento e permitir nesse processo a consulta à população. E, também, perceber suas necessidades e atitudes para a valorização dos seus conhecimentos tradicionais. A existência de denominadores comuns às questões relacionadas com o desenvolvimento, defendida por Fraser e Villet (1994) apontava como prioritário o fator humano. A participação da população definiria o resultado positivo, mais que o aporte científico ou material que um projeto poderia viabilizar. Esse discurso foi datado quase quinze anos após a divulgação do Relatório MacBride, mas a concretização das recomendações da Comissão ainda esperava por se fazer.

A pergunta que se impõe agora, passados mais de trinta anos da divulgação do Relatório, é se essa discussão ainda seria atual. E enquanto uma questão do nosso tempo não foi resolvida, continuará sendo atual. Ouso afirmar que o tema da Comunicação para o Desenvolvimento, a comunicação que pressupõe a participação, religa-se ao da Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação. E que, essa, após todos esses anos em compasso de espera, está se concretizando. Chega num processo revolucionário e espontâneo que simplesmente aconteceu. Contra tudo e contra todos. Diferentemente da percepção dos membros visionários da Comissão que acreditavam que ela só aconteceria se fundamentada nos direitos individuais à

livre expressão e informação. E que estes teriam como pressuposto básico o direito à associação, à participação, à organização para a busca de uma nova sociedade (MacBride, 1983).

5. Conclusão

O mundo assistiu a um processo que mobilizou milhões de pessoas e que vingou apesar de *não ter tido* possibilidade ou direito à associação, à liberdade e a livre expressão. Com uma força incontável a comunicação eclodiu. A princípio frágil sem outro poder que o da vontade popular. E com palavras de ordem pela liberdade, pela justiça e pelos direitos humanos derrubou regimes e instaurou uma comunicação planetária, agora a serviço da democracia. Concretizada pelas mídias sociais e pelas ondas de celulares, contrariando as proibições e as restrições. A Nova Ordem surge nos países do sul, portanto, de forma verticalizada, mas partindo da base. Foi uma conquista e não uma permissão. Os países que representavam as antigas colônias libertas que eram os mitigantes do acesso paritário à comunicação junto à UNESCO nos anos 1960, viraram o jogo. Foram esses a instituírem esta nova forma de usar a comunicação como instrumento de luta no ano 2011. O que se constitui, a meu ver, em uma nova ordem. Essa nasceu do conflito, da luta, fez mártires. E não da paz, como imaginaram seus postulantes há trinta anos.

Uma nova ordem já pressentida dois anos antes da Primavera Árabe pelo diretor da *Amnistia Internacional* de Lisboa, na época. Há uma tendência sentida em todo o movimento, disse Pedro Krupenski, de que o ativismo no sentido tradicional está mudando de configuração. Nas campanhas globais da *Amnistia* - simultâneas nas entidades congêneres existentes em outros 56 países - a participação hoje se dá pelo que nós chamamos de “ativismo eletrônico” com o re-encaminhamento de cartas e abaixo assinados que percorrem em poucos minutos o mundo inteiro. “As comunidades virtuais conseguem chegar à gente numa velocidade espantosa, que age e age em função daquilo que estamos a pedir, sem se deslocar ao outro lado do mundo” afirmou o dirigente. Apesar de não contar mais com a pressão de um grupo protestando na porta de uma embaixada, reclamando o cumprimento dos direitos humanos, o impacto do ativismo eletrônico é muito maior. “É outro modo de fazer as coisas, sem o *face-to-face*”, completou.

Assim, mais uma vez, a participação física e a livre associação não acontecem, mas a comunicação se dá de forma portentosa em outra forma de participação. Essa tem o poder de driblar os meios de comunicação de massa tradicionais, quando cercearem, bloquearem ou censurarem a informação. A procura de impedir a comunicação.

Para que o objetivo da Nova Ordem possa ser consolidado será necessária a adoção de outro modelo comunicação, humanizado, não elitista, democrático e não mercantil. Uma forma que se constitui em germe de uma comunicação participativa e associativa como caminho para a construção de sociedades mais humanas e solidárias. A comunicação que inclui a mídia livre, plural e o direito à informação e à comunicação a serviço da resolução de questões globais de interesse público. Como preconizado pela Comissão o direito à comunicação constitui um prolongamento lógico do progresso constante em direção à liberdade e à democracia. Direito não contemplado no norte da África e Oriente Médio. Mas a comunicação derrubou regimes, mesmo assim. Nesse processo revolucionário, a comunicação com a força das mídias sociais mediou a liberdade, o acesso, a participação, o diálogo e o afrontamento ao poder. Em um mundo onde a comunicação for mais democrática, um direito, formativa e dê voz aos despossuídos, os horizontes dos homens se ampliarão rumo à equidade. Ideais de outra ordem de comunicação. A ordem da Comunicação para um mundo, como prega (Sen,2008), sem pobreza e com liberdade. E para que a comunicação e o fluxo de ideias se efetivem será necessário o diálogo de solidariedade. Esse deverá comunicar, por em simbiose e em movimento, todos os componentes da sociedade-mundo planetária: ricos e pobres, excluídos e incluídos, alfabetizados e analfabetos, homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, cientistas e poetas (Carvalho, 2010).

6. Referências.

- Buber, Martin (2007). *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva.
- Carvalho, Edgard (2010). Evolucionismo e política de civilização. in UNESCO, *Cultura de Paz: da reflexão à ação: balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura da Paz e não violência em benefício das crianças do mundo*. Brasília: UNESCO; São Paulo: Palas Athena.
- Fraser, Colin, & Villet, Jonathan (1994). *Communication – A key to Human Development*. Rome: FAO Publications.
- Hemingway, Ernest (1969). *Ernest Hemingway repórter. Tempo de viver*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MacBride, Sean (1983). *Um mundo, muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: UNESCO/ FGV.
- Morin, Edgar (2008). *O método: o conhecimento do conhecimento*. São Paulo: Sulina.
- _____ (2007). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- _____ (2002). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeane Sawaya ; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. São Paulo: Cortez.
- _____ (2000). “Da necessidade do pensamento complexo”, in Juremi Machado (org). *Navegar no século XXI*. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2000.
- Sen, Amartya (2008). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Um mundo e muitas vozes. Comunicação e informação na nossa época / Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação ; tradução de Eliane Zagury.*(1983). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Wiener, Norbert (1951). *Cybernétique et société*. Paris:Deux-Rives.
- Zylberberg, Jacques, & Demérs, François (1992). Les politiques nationales du communication et la crise des paradigmes. In *L’Amérique e les Amériques*. Quebec: Les Presses du L’Université Laval.